



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006091-21.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento**
 Requerente: **Ronaldo Baracho Soares Junior Sao Carlos – Me**
 Requerido: **Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alega ter executado a confecção de “bate-macas” a ré, sendo que esta não realizou o pagamento do boleto bancários respectivo.

Almeja à condenação da ré ao pagamento dessa quantia, além de indenização nos termos do art. 389 do Código Civil, para ressarcimento dos 30% sobre o crédito atualizado em relação aos honorários advocatícios contatado.

A ré em contestação reconhece o crédito do autor, com a ressalva da não incidência do pedido de indenização por ele formulado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, a prova documental que instruiu a inicial não foi refutada, prestigiando a versão do autor.

Não houve a produção de provas orais, ademais.

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, os dados materiais apresentados pelo autor prestigiam satisfatoriamente sua explicação a propósito dos fatos aqui versados e não foram sequer impugnados pelos réus.

Eles, outrossim, não trouxeram um único indício para ao menos lançar dúvida minimamente razoável sobre a higidez da dívida reclamada.

Bem por isso, restou caracterizado o débito a cujo pagamento tenciona o autor, nesse particular.

Já o pedido de indenização por perdas e danos e honorários advocatícios dispendidos reputo que quanto ao tema não assiste razão ao autor.

Isso porque é certo que a Lei nº 9.099/95 tem por desiderato franquear o maior acesso ao Poder Judiciário, tanto que dispensa a obrigatoriedade da presença de Advogado nas causas até vinte salários mínimos (art. 9º, caput).

Vai além e determina em seu art. 55, caput, que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários advocatícios, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

Assentadas essas premissas, o pedido de ressarcimento feito pelo autor não haverá de vingar, sob pena de configurar violação às avessas dos aludidos preceitos normativos.

Por outras palavras, ele permitiria em última análise à condenação vedada expressamente no art. 55, caput, desse diploma legal, não podendo bem por isso prosperar.

Como se não bastasse, a situação posta pela autora seria inaceitável porque vincularia o réu a contrato de que não tomou parte e sobre o qual não teve interferência alguma, não podendo responder pelas consequências do mesmo advindas.

E por fim, nenhum outro dado concreto foi trazido pelo autor pelo qual lhe renderia ensejo a condenação por perdas e danos.

Por tudo isso, tenho como improcedente a postulação no particular apresentada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a réu a pagar ao autor a importância de R\$ 1.700,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2014 (época do vencimento da fatura), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento em quinze

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**